

O BNDES fechou o primeiro trimestre de 2018 com um lucro líquido de R\$ 2,06 bilhões. O resultado decorre da queda nas despesas com provisão e na inadimplência, além do crescimento de R\$ 322 milhões do resultado com debêntures. Também influenciaram o crescimento de R\$ 209 milhões nas alienações de participações societárias e o aumento de R\$ 183 milhões na receita com dividendos e juros sobre capital próprio.

## Congresso Nacional tem 40 projetos para novos penduricalhos em conta de luz

Descontos para universidades, instituições filantrópicas, consumidores rurais, criadores de peixes, pessoas que vivem próximas a hidrelétricas e até para aquelas que moram, mais especificamente, no município de Angra dos Reis e dormem nas proximidades das usinas nucleares de Angra. Essas são apenas algumas das dúzias de benesses que o Congresso Nacional quer enfiar na conta de luz do consumidor de todo o País, ampliando ainda mais a carga bilionária de subsídios que já pesa sobre a energia elétrica.

O Instituto Acende Brasil, especializado no setor elétrico, fez um levantamento detalhado do projeto que tramita no Congresso e que prevêem a inclusão de novos subsídios sobre a conta de luz, custos que não têm relação alguma com a prestação de serviços de energia elétrica, mas que, segundo o Tribunal de Contas da União, já absorvem mais de R\$ 4 bilhões por ano das tarifas em todo o País.

A análise mostra que, de 2013 para cá, nada mesmo que 49 projetos que previam novos subsídios tramitaram no Congresso. Desses, apenas nove

foram arquivados ou retirados pelo autor. Estão em plena tramitação, portanto, 40 projetos para beneficiar determinados grupos com descontos que devem ser bancados por todos.

Desses 40 projetos, 22 já foram apreciados pela Comissão de Minas e Energia (CME) e apenas dois foram rejeitados, ou seja, 20 projetos estão em estágio avançado de tramitação e aptos a serem submetidos aos plenários do Congresso e, conseqüentemente, à sanção presidencial.

Entre os pleitos estão descontos nas tarifas para municípios que possuem hidrelétricas



Não há mágica na conta de luz. Se alguém fica isento de pagar determinado valor, é porque outro está pagando essa conta.

em seu entorno e ampliação de benefícios para consumidores rurais, usuários de poços artesianos e aqueles que fazem uso de práticas de aquicultura e irrigação, os quais já são atendidos por subsídios.

A lista infindável ainda contempla a proibição da suspen-

são do serviço por inadimplência e também a anistia de dívidas de consumidores. Não há mágica na conta de luz. Se alguém fica isento de pagar determinado valor, é porque outro está pagando essa conta. "Isso retrata o lado perverso que penaliza o consumidor de

energia, com encarecimento na conta de luz", diz Claudio Sales, presidente do Instituto Acende Brasil. "É alarmante verificar a quantidade de iniciativas legislativas que podem produzir um subsídio ainda mais custoso sobre o consumidor nacional" (AE).

## STF pode 'rever anistia' após documentos da CIA

A Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão, Deborah Duprat, disse ontem (14) acreditar que o STF possa rever a decisão que considerou constitucional a Lei da Anistia, depois da divulgação do documento do serviço de inteligência dos EUA que revela que o ex-presidente Ernesto Geisel autorizou a continuidade da política de execuções de opositores da ditadura militar. A procuradora voltou a defender a revisão da lei para garantir a punição de crimes cometidos durante a ditadura.

A legislação atual, editada em 1979, garante anistia aos crimes cometidos por militares e foi declarada constitucional pelos ministros do Supremo, em 2010. "Eu acho que o Supremo pode rever isso em caso individual, como também pode rever poração de inconstitucionalidade, como foi no passado, porque as decisões do Supremo obrigam os demais campos do poder Judiciário e a administração pública, mas não vinculam nem o próprio Supremo, nem o Congresso", disse Deborah.

A Procuradora citou o recurso que tramita no Supremo impetrado pela defesa de cinco militares acusados por envol-



Procuradora federal Deborah Duprat.

vimento no desaparecimento e morte do deputado Rubens Paiva durante a ditadura. Os acusados contestam aceitação preliminar da denúncia dos militares pela Corte, argumentando que a decisão do Supremo contra os réus contraria a declaração de constitucionalidade da Lei da Anistia.

A reclamação aguarda julgamento do STF desde 2014 e o Ministério Público solicitou este ano que o Supremo priorize a análise dessa questão. Em abril, a relatoria do recurso foi repassada ao ministro Alexandre de Moraes (ABr).

## Autodespacho de bagagens em 7 aeroportos até o início de 2019

São Paulo - A Infraero começa a implementar neste ano o autodespacho de bagagem em aeroportos de sua rede. O primeiro terminal a receber a novidade é o de Recife, que deverá contar com pontos para que o próprio passageiro despache sua bagagem a partir do segundo semestre. Outros seis aeroportos receberão os sistemas até o primeiro trimestre de 2019: Congonhas, Santos Dumont, Curitiba, Belém, Goiânia e Maceió.

O autodespacho de bagagem faz parte de um contrato de concessão comercial de 15 anos firmado entre a estatal e a empresa Sita, que oferece soluções de gerenciamento de aeroportos. Esse contrato inclui também a ferramenta de check-in compartilhado, que permite reunir as plataformas das empresas aéreas em um mesmo totem de autoatendimento. De acordo com a Infraero, as duas iniciativas têm como objetivo aprimorar o atendimento aos passagerei-



O primeiro terminal a receber a novidade é o de Recife.

ros e otimizar a infraestrutura aeroportuária.

A estatal destaca que, ao implementar as novidades, terá acesso a informações mais detalhadas e precisas sobre o embarque dos passageiros. "Com essa junção, será possível definir estratégias sobre o fluxo, tempo de processamento e permanência dos passageiros nos aeroportos, gerando ganhos operacionais e de receitas", diz, em nota, o superintendente de Negócios em Serviços Aeroportuários, Claiton Resende (AE).

## Covas em NY para vender programa de privatizações

Nova York - O prefeito de São Paulo, Bruno Covas, se encontra hoje (15), com 80 executivos e investidores para vender o programa de privatização de o programa de privatização de Prefeitura da capital paulista. Ele viajou com o secretário de Privatização e Parcerias, Wilson Poit, e o presidente da São Paulo Negócios, Juan Quiros, e participa do lançamento do guia "Doing Business in São Paulo City", editado pela Amcham Brasil.

Covas disse que uma das prioridades da sua gestão em São Paulo é dar continuidade ao programa de privatização de bens públicos da cidade, que tem 55 ativos e serviços municipais listados para venda ou concessão. A previsão de arrecadação chega a US\$ 1,5 bilhão. "O Anhembi é um dos projetos de privatização. Queremos também vender imóveis da Prefeitura que não são utilizados", disse Covas (AE).

## Procuradoria pede nova prisão de ex-diretor da Dersa

Brasília e São Paulo - A Procuradoria da República em São Paulo voltou a pedir a prisão do ex-diretor da Dersa, Paulo Vieira de Souza, apontado como operador do PSDB, em audiência, ontem (14). Para o Ministério Público Federal, ele demonstrou "total desrespeito à Justiça" ao não comparecer à oitiva. Souza foi solto na sexta-feira (11), por decisão do ministro do STF, Gilmar Mendes.

O ministro também concedeu, em outra decisão, habeas corpus para que ficasse suspenso o interrogatório de Souza ontem (14). Na audiência, além de outros acusados, somente compareceram os advogados do ex-diretor da Dersa. Para a procuradora Adriana Scordamaglia, "independente da natureza da audiência e dos atos praticados em outra instância, diga-se, STF, o fato é que o acusado Paulo Vieira de Souza demonstrou total desrespeito à Justiça de 1ª instância e a todos os demais corréus que compareceram ao ato".

"Não há justificativa para a sua ausência, sobretudo a desnecessidade da mesma em virtude de um HC que lhe concedeu a liberdade, não o dispensou de comparecimento aos demais atos processuais", sustenta. A procuradora ressalta que

## Padilha: governo tem 'até dezembro' para aprovar reforma da Previdência

O ministro-chefe da Casa Civil, Eliseu Padilha, disse ontem (14) que "não está extinta" a possibilidade de o governo tentar aprovar ainda este ano a reforma da Previdência. "Não conseguimos levar a cabo a reforma da Previdência. Por enquanto, pelo menos. Porque ainda temos até 31 de dezembro e essa possibilidade não está extinta, em que pese tenhamos tido dificuldade. E essa é a reforma das reformas no que diz respeito ao ajuste fiscal", disse em entrevista após participar de evento do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES).

O ministro da Casa Civil lembrou que a intervenção federal na segurança pública do Rio de Janeiro impede a votação da reforma no Congresso Nacional, mas pode ser pactuada uma suspensão temporária para colocar a medida em votação.



Ministro-chefe da Casa Civil, Eliseu Padilha.

Padilha citou que o déficit da Previdência no ano passado foi de R\$ 268 bilhões e este ano deve ficar em torno de R\$ 300 bilhões. Segundo ele, esse gasto crescente compromete os investimentos no país. "Na medida em que cresce a despesa com a Previdência, se reduzem os investimentos. Primeiro os

investimentos em obras, mas daqui a pouco os investimentos na saúde, na educação. Coisa que é absolutamente inimaginável", disse.

Questionado se Temer pode procurar o candidato eleito para a presidência da República para tentar aprovar ainda este ano a reforma, Padilha respondeu que acha "possível", mas não sabe se é "provável". O ministro disse que não vê nos pré-candidatos muita vontade em discutir o tema da previdência. Ao fazer o balanço dos dois anos do governo Temer, completados no último dia 12, Padilha citou as reformas trabalhista e do ensino médio, aprovadas no Congresso, a queda da inflação e da taxa de juros. "O presidente Temer iniciou o governo dizendo que iria colocar o Brasil nos trilhos. Indiscutivelmente, o Brasil voltou aos trilhos", afirmou (ABr).

## Sem Lula, Bolsonaro lidera em todos os cenários

Brasília - O deputado Jair Bolsonaro (PSL) lidera os três cenários de pesquisas estimuladas sem o ex-presidente Lula na disputa, indica pesquisa CNT/MDA, divulgada ontem (14). No cenário mais provável sem Lula, Bolsonaro tem 19,7%; Marina Silva 15,1%; Ciro Gomes, 11,1%. O ex-governador tucano Geraldo Alckmin aparece em seguida, com 8,1%, seguido por Fernando Haddad, com 3,8%.

O nível mais alto de intenção de voto de Bolsonaro é de 20,7%, caso disputasse o Planalto com Marina (16,4%), Ciro (12%), Haddad (4,4%) e Henrique Meirelles (1,4%). Há ainda um terceiro cenário estimulado sem Lula: neste, Bolsonaro registra 18,3%; Marina, 11,2%; e Ciro, 9%. Alckmin aparece mais uma vez em quarto lugar, com 5,3% das intenções de voto, seguido por Álvaro Dias, com 3% e Fernando Haddad, com 2,3%.

Marina é a pré-candidata que teria melhor desempenho em um eventual segundo turno contra Bolsonaro. Ambos empatariam com 27,2%, segundo a projeção da CNT/MDA. O deputado, porém, venceria em todos os outros cenários de segundo turno sem Lula testados pela pesquisa. Disputando contra Ciro, o parlamentar fluminense teria 28,2%



O nível mais alto de intenção de voto de Bolsonaro é de 20,7%.

contra 24,2% do pedetista - um empate técnico dentro da margem de erro. Em uma disputa com Alckmin, Bolsonaro registraria 27,8% e o tucano, 20,2%. Já se for ao segundo turno com o ex-prefeito Fernando Haddad (PT), Bolsonaro teria 31,5% e o petista, 14%.

O presidente Temer tem a maior rejeição, com 87,8% dos entrevistados dizendo que não votariam de jeito nenhum nele. Marina é a segunda mais rejeitada, com 56,5%, seguida por Alckmin, com 55,9%, e pelo presidente da Câmara, Rodrigo Maia, com 55,6%. Bolsonaro tem a quinta maior rejeição: 52,8%. O ex-ministro Henrique Meirelles registra 48,8% de rejeição (AE).

"Seu coração não é estrada para passeio de muitos. Seu coração é lugar que só fica quem faz por merecer".

Charles Chaplin (1889/1977)  
Ator britânico

### BOLSAS

O Ibovespa: +0,01% Pontos: 85.232,18 Máxima de +1,04% : 86.105 pontos Mínima de -0,62% : 84.688 pontos Volume: 12,28 bilhões Variação em 2018: 11,56% Variação no mês: -1,03% Dow Jones: +0,27% Pontos: 24.899,41 Nasdaq: +0,11% Pontos: 7.411,32 Ibovespa

Futuro: -0,27% Pontos: 85.650 Máxima (pontos): 86.465 Mínima (pontos): 85.005 Global 40 Cotação: 793,670 centavos de dólar Variação: estável.

### CÂMBIO

Dólar comercial no balcão Compra: R\$ 3,6262 Venda: R\$ 3,6267 Variação: +0,74% - Dólar Paralelo Compra: R\$ 3,70 Venda: R\$ 3,80 Variação: +0,8% - Dólar Ptax Compra: R\$ 3,6091 Venda: R\$ 3,6097 Variação: +1,07% - Dólar Turismo Compra: R\$ 3,5770 Venda: R\$ 3,7730 Variação: +0,69% - Dólar Futuro (junho)

Cotação: R\$ 3,6290 Variação: +0,6% - Euro (17h38) Compra: US\$ 1,1933 Venda: US\$ 1,1936 Variação: -0,05% - Euro comercial Compra: R\$ 4,3270 Venda: R\$ 4,3290 Variação: +0,67% - Euro turismo Compra: R\$ 4,2670 Venda: R\$ 4,5100 Variação: +0,83%.

### JUROS

CDB prefixado de 30 dias, 6,25% ao ano. - Capital de giro, 9,73% ao ano. - Hot money, 1,16% ao mês. - CDI, 6,39% ao ano. - Over a 6,40%.

### OURO

Ouro Cotação: US\$ 1.318,20 a onça-troy (1 onça-troy equivale a 31,1035 gramas) Variação: -0,19% - Ouro BM&F (à vista) Cotação: 154,200 Variação: +2,12%.